

Bresser expõe plano macroeconômico ao FMI

Roberto Garcia

Correspondente

WASHINGTON — Depois de posarem sentados no mesmo sofá para os fotógrafos, Bresser e Camdessus foram para poltronas opostas no gabinete do diretor gerente do Fundo Monetário Internacional. Camdessus ficou ladeado pelo diretor do departamento do hemisfério ocidental do Fundo, Sterie Beza, e pelo chefe da divisão do Brasil, Tomas Reichman. O ministro da Fazenda brasileiro tinha ao seu lado o representante do país no FMI, Alexandre Kafka, o presidente do Banco Central, Fernando Milliet, bem como Saraiva Querreiro, Fernão Bracher e Antônio de Pádua Seixas.

Bresser começou então a expor as linhas gerais do Plano de Consistência Macroeconômico, observando que ele fora elaborado para atender às necessidades do Brasil e não para satisfazer o FMI. Foi por causa disso, disse ele, que o Plano ficou popular desde que foi pela primeira vez anunciado, com porta-vozes de todos os setores da sociedade pedindo sua apresentação e, agora, acompanhando sua execução. O ministro disse que o controle do Plano seria político no bom sentido, isto é, se o governo não cumprisse seus objetivos terá fracassado junto à sociedade.

Método — Bresser lembrou que a metodologia do FMI foi usada para a elaboração do Plano, com o estabelecimento de metas trimestrais e o uso de conceitos como os de déficit público e as necessidades de financiamento do setor público. Apesar disso, ele ressaltou que havia diferença importante entre as prioridades atribuídas pelo Brasil em sua política econômica e os do FMI.

— Para nós, o objetivo principal é o crescimento econômico e a melhor distribuição da renda, vindo em seguida a obtenção de superávits comerciais e, somente depois, a redução dos déficits públicos — disse. O fundo, por sua vez, dá prioridade à redução de déficit e aos superávits comerciais, a fim de gerar divisas e pagar credores externos.

O ministro da Fazenda insistiu em que no Brasil o déficit público é estrutural e não, necessariamente, resultado de má administração. Ele explicou que o setor público tem que fazer investimentos em transporte, eletricidade, comunicação e na produção de energia, os quais geram déficits. Ele também disse que as projeções feitas no Plano Macroeconômico são conservadoras, para evitar decepções. Lembrou, por exemplo, que em 1983 os bancos americanos previam que neste ano o Brasil conseguiria superávit comercial entre 20 e 25 bilhões de dólares. Isso não se realizou. Por causa disso, preferiu incluir no plano uma previsão conservadora, de crescimento de aproximadamente 5% ao ano, no saldo comercial.

Camdessus, divertido, interrompeu Bresser para dizer que “aqui no Fundo ninguém vai criticar o Brasil por adotar posições conservadoras”. A observação arrancou risos de todos os presentes. Mas ele continuou com a palavra para perguntar por que, se o governo está prevendo crescimento de 5%, 6% e 7% no Produto Interno Bruto nos próximos quatro anos, as posições de superávits comerciais eram de apenas 5%. Bresser respondeu que o Brasil não tem controle sobre os Estados Unidos, o Japão e países da Europa ocidental, que podem não aumentar suas importações do Brasil num ritmo mais intenso do que previsto pelo Plano.

— É melhor ser conservador, nessa área — ressaltou ele concluindo sua exposição.

Perguntas— A partir de então Camdessus e Tomas Reichman começaram a fazer perguntas e manifestar pontos de vista muito reveladores de suas posições em relação ao Brasil. O diretor geral do FMI disse que considera o Plano de Consistência macroeconômico bom de maneira geral, com uma estratégia que faz sentido. Reichman observou que ainda não estava muito claro como o governo pretendia reduzir o déficit e Bresser explicou: “cortando despesas e investimentos”.

O presidente do Banco Central tomou a palavra para dizer que o governo está sustentando uma taxa de juros entre 8% e 9% num contexto em que a inflação real está perto de 3% ao mês. Ele observou a taxa real de juros está sendo mantida alta para estimular a poupança e evitar um desvio maciço de recursos para o consumo, em última análise, pressões inflacionárias. Ele explicou que essas taxas de juros altas exercem pressão sobre o déficit público porque o Brasil tem uma dívida interna grande, que precisa ser financiada.

— Se temos taxa alta de juros, temos que pagar mais para financiar a dívida interna — afirmou ele, dizendo que esse é um dos dilemas da equipe econômica e perguntando que problema era mais prioritário combater.

Reichman respondeu que, do ponto de vista do FMI, a prioridade deveria ser o combate à inflação. O problema do déficit, acrescentou, precisa ser resolvido de outra forma, preferencialmente corte maior nas despesas.

Bresser acudiu Milliet dizendo que, ao tomar posse, mudara os critérios para os subsídios à agricultura. Ao invés de estabelecer subsídios com base numa percentagem da correção monetária, ele determinou que eles constassem do orçamento, o que impunha um limite em seu impacto. Ele também disse que graças à redução da inflação resultante do congelamento, os governadores estavam fazendo menos pressão sobre o Tesouro Nacional. “O rendimento de impostos como ICM aumentou em termos reais porque a perda entre a data da incidência do imposto e o recolhimento é menor do que no tempo da inflação alta.

Bancos — Reichman sucitou então outra preocupação significativa — o governo está prevendo que os bancos credores do Brasil refinanciem 2,8 bilhões de dólares em juros, além de reduzirem as taxas de risco que incidem sobre todo o estoque da dívida do país. “Mas como poderão vocês fechar as contas do balanço de pagamentos se os bancos recusarem refinarciar juros?”, perguntou ele. Bresser respondeu que os bancos não têm outra alternativa senão aceitar a proposta brasileira. Ele esclareceu que nenhum banqueiro com quem conversou no Brasil nos últimos meses demonstrou recusa em estender novos empréstimos para financiar os juros que estarão vencendo nos próximos anos.

Camdessus perguntou se não seria melhor reduzir o déficit público ainda mais do que previsto no Plano. “Se vocês fizessem isso poderiam ficar mais tranquilos diante dos bancos”, acen-tUou ele. A observação do gerente do FMI foi anotada mas ficou no ar, sem resposta.

Para terminar, Reichman observou que o governo brasileiro está pedindo grandes mudanças na atitude do Fundo em relação ao Brasil com base na boa fé. Bresser respondeu:

— O governo Sarney não precisa que o Fundo confie mais em nós e sim que a sociedade brasileira confie mais no governo. Isso é mais importante para nós, agora.